

# Fracionamento de classe, regionalismo e Estado

Pedro Henrique Silva de Oliveira

## Resumo

Este artigo analisa a influência da fração agrária burguesa na política externa brasileira, baseando-se na teoria marxista do Estado de Nicos Poulantzas. O objetivo é compreender suas ações no aparato estatal e sua postura em relação à integração regional, com foco na Frente Parlamentar da Agropecuária no Senado. A teoria marxista do Estado oferece uma abordagem inovadora para examinar a política externa, ressaltando o papel ativo do Estado no sistema capitalista. O artigo é organizado em três seções: teoria do Estado, metodologias e ações práticas da fração agrária. Essa análise lança luz sobre a influência da fração agrária burguesa na política externa do Brasil, enriquecendo a compreensão das dinâmicas internas do Estado e suas conexões com a integração regional.

**Palavras-chaves:** Marxismo, Estado, classes sociais.

## Resumo

This article examines the influence of the bourgeois agrarian fraction on Brazilian foreign policy, based on Nicos Poulantzas's Marxist theory of the State. The goal is to understand their actions within the state apparatus and their stance towards regional integration, with a focus on the Parliamentary Front for Agriculture in the Senate. Marxist State theory provides an innovative approach to examine foreign policy, highlighting the active role of the State in the capitalist system. The article is organized into three sections: State theory, methodologies, and practical actions of the agrarian fraction. This analysis sheds light on the influence of the bourgeois agrarian fraction on Brazilian foreign policy, enhancing the understanding of internal state dynamics and their connections with regional integration.

**Palavras-chaves:** marxism, state, social classes.

## Introdução

O artigo propõe uma análise minuciosa da influência da fração agrária burguesa na política externa brasileira, baseando-se na teoria marxista do Estado desenvolvida por Nicos Poulantzas. O objetivo central é compreender as implicações e ações dessa fração dentro do aparato estatal, bem como compreender suas formas de atuação e sua postura em relação à integração regional, com enfoque nas atividades da Frente Parlamentar da Agropecuária no Senado.

A teoria marxista do Estado oferece uma abordagem analítica inovadora para examinar a política externa, diferindo das abordagens convencionais que consideram o Estado apenas como um campo de disputa entre atores diversos. Ao contrário, essa perspectiva ressalta que o próprio aparato estatal é um agente ativo, cujas estruturas e funções variam conforme sua posição no sistema capitalista.

O artigo segue uma estrutura em três seções distintas. Inicialmente, explora-se a teoria marxista do Estado, dando ênfase à fragmentação de classes conforme proposto por Nicos Poulantzas. Em seguida, detalham-se as metodologias empregadas no estudo. Por fim, o foco concentra-se nas ações práticas da fração agrária, abordando seus mecanismos de financiamento e suas posições dentro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa (CRE).

Essa análise abrangente tem como propósito trazer à tona a influência da fração agrária burguesa na política externa do Brasil, enriquecendo a compreensão das dinâmicas internas do Estado e suas conexões com a integração regional. A abordagem teórica marxista proporciona uma perspectiva singular para examinar as interações entre o poder econômico, o Estado e a formulação de políticas externas.

No que se refere à metodologia, o artigo adota uma abordagem multimétodos, utilizando Análise de Redes Sociais (ARS) para mapear as redes de financiamento do setor e conduzindo uma análise de conteúdo das reuniões selecionadas pertinentes ao tema. Essa abordagem busca oferecer uma compreensão mais profunda das relações complexas entre a fração agrária e a política externa.

### 0.1 A teoria do Estado Marxista: deslocamento da fração agrária no bloco no poder

A teoria marxista oferece uma vasta produção teórica sobre o papel do Estado capitalista em uma formação social historicamente determinada <sup>1</sup>

Dentre os diversos autores que contribuíram para essa questão, destaca-se a obra *Poder Político e Classes Sociais* do cientista político Nicos Poulantzas (POULANTZAS, 2019). Poulantzas elabora um marco teórico conceitual sólido que discute as maneiras

---

<sup>1</sup> Compreendemos a formação social como uma totalidade social historicamente determinada, estruturada a partir da combinação dos diferentes modos de produção, com dominância de um deles, coexistindo em uma estrutura econômica, mas articulada às estruturas político-ideológicas e jurídicas. Na vida social concreta, uma formação social pode corresponder a um país, ou seja, a um conjunto de países que apresentam características e uma história em comum, como é o caso da formação social latino-americana (GRANATO, 2021).

nas quais o político se apresenta no modo de produção capitalista e como essa estrutura permite a reprodução da economia capitalista.

Para apresentar o Estado Moderno, é necessário descrever elementos simples e essenciais que permitam reconstruir o objeto em toda a sua complexidade. Nesse sentido, voltamos nosso olhar para aquilo que o Estado aparenta ser, ou seja, encarnação da vontade geral com instituições organizadas em torno dos princípios de liberdade e igualdade dos "indivíduos" ou "pessoas políticas", que são formalmente livres e iguais (OSÓRIO, 2019; POULANTZAS, 2019).

Ao contrário da esfera econômica, marcada pela desigualdade das relações de produção, o Estado tem como traço constitutivo a ausência de uma dominação política de classe em suas instituições. Essa particularidade é digna de nota, uma vez que se trata de uma especificidade histórica do Estado capitalista. Quando nos referimos às formas estatais que regem a instância política em outros modos produtivos, como o modo produtivo feudal e o escravista, nota-se que esse fenômeno não ocorria.

O sistema jurídico moderno, destinto da regulação fundada sobre os privilégios, reveste-se de um caráter "normativo", expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e de igualdade: é o reino da lei. A igualdade e a liberdade dos indivíduos cidadãos residem em sua relação com as leis abstratas e formais as quais devem enunciar essa vontade geral no interior de um "Estado de direito" (POULANTZAS, 2019, p.123-124).

O Estado capitalista moderno é frequentemente apresentado como a personificação do interesse geral da sociedade, representando a vontade coletiva da nação. No entanto, essa representação supostamente neutra do Estado é uma ilusão, causada pelo Direito e pela organização dessa instituição. As normas e valores do Estado revelam seu caráter oculto de órgão de dominação de classe, permitindo a reprodução pacífica da inserção dos trabalhadores no processo de produção/exploração capitalista, gerando a ilusão de um contrato entre partes livres e iguais. Essa ilusão resulta na desagregação das lutas políticas e na dissolução da classe trabalhadora em indivíduos singulares.

A teoria marxista entende o Estado-Moderno como uma entidade que desempenha um papel singular em uma determinada formação social, rejeitando a concepção desse como um agente da sociedade como um todo, afirmando seu caráter de classe e seu papel como uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. No entanto, apesar da determinação de classe do aparelho de Estado ser uma condição necessária para compreender o sistema estatal, ela é insuficiente para compreender suas dinâmicas internas e suas funções dentro da sociedade capitalista.

A denúncia do conteúdo de classe do Estado e sua identificação como forma política da sociedade burguesa não deve ser confundida com concepções funcionalistas. Isso significa que afirmar que o Estado capitalista é o Estado burguês não implica afirmar que a burguesia governa diretamente o aparelho de Estado. Em vez disso, essa denúncia aponta para o papel do Estado como garantidor da reprodução de um determinado tipo de relações sociais (CODATO; PERISSINOTO, 2020).

Por sua vez, o Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade. Isso é

uma tarefa que não pode ser realizada por outras instituições importantes na organização societária moderna, como igrejas, meios de comunicação, corporações empresariais, partidos políticos ou sindicatos. É por essa razão que o Estado se configura como uma instituição tão importante na organização societária moderna (OSÓRIO, 2019).

Além disso, é importante compreender que a identificação do Estado como entidade que desempenha um papel singular dentro de uma determinada formação social está intrinsecamente ligada à sua determinação de classe. A denúncia do seu caráter de classe e sua identificação como forma política da sociedade burguesa é fundamental para entender seu papel como garantidor da reprodução de um determinado tipo de relações sociais. Instituições como as igrejas, os meios de comunicação, as corporações empresariais, os partidos políticos e os sindicatos não têm a mesma capacidade que o Estado de exercer essa função (CODATO; PERISSINOTO, 2020; OSÓRIO, 2019).

Ao se configurar como o garantidor da reprodução de uma determinada formação social, o Estado não é apenas uma arena de disputas que os representantes das classes burguesas ocupam para disputar o poder. Ele é, na verdade, um ator ativo no processo de organização política das classes dominantes (POULANTZAS, 2019).

A função do Estado de individualizar as lutas políticas da classe trabalhadora já foi abordado de forma sintética anteriormente. Agora temos elementos o suficiente para que possamos nos adentrar nessa concepção de maneira mais aprofundada. Poulantzas (2019) categoriza esse fenômeno como Efeito de Isolamento e é uma consequência direta da estrutura jurídico-política. Trata-se do ofuscamento da realidade da sociedade classista no real vivido através do isolamento das lutas políticas em indivíduos cidadãos.

O trabalhador assalariado é, de fato, juridicamente livre, o que o distingue do escravo e do servo. A proclamação de liberdade é, como diria Althusser, uma alusão à realidade. Mas, essa mesma proclamação é, também e principalmente, uma ilusão, na medida em que oculta a relação de exploração e de dominação de classe. A existência do direito burguês, que é parte integrante do Estado, é, assim, concebido como condição para a reprodução das relações de produção capitalistas. Daí, a necessidade de se ampliar o conceito de modo de produção fazendo-o abarcar tanto a estrutura econômica como a estrutura jurídico-política, isto é, fazendo-o abarcar as principais estruturas da totalidade social (BOITO JR., 2016, p. 161-162)

Embora o Estado capitalista seja responsável por garantir a reprodução do capitalismo, é importante destacar que sua influência não se restringe apenas às classes dominadas. De fato, as classes dominantes também são afetadas por essa estrutura jurídico-política, e o Estado assume o papel de organizar essas classes e garantir a manutenção do sistema capitalista. Para isso, o Estado capitalista reúne os agentes da produção em um coletivo nacional imaginário, aparentemente universalista.

Uma das principais contribuições de Nicos Poulantzas para a análise do Estado capitalista é a ideia do bloco no poder, que se trata da unidade contraditória entre as diferentes frações da classe dominante, que se unem para manter seus interesses políticos gerais. De maneira sintética, podemos pensar a classe burguesa como uma unidade na diversidade em suas relações com o Estado e com o restante da sociedade. O bloco no poder é resultado da articulação entre as diversas classes, frações e setores das classes dominantes, em função da força e do posicionamento que possam ter no Estado. Considerando a leitura

de que a organização do Estado encontra sua explicação nos interesses burgueses em conflito, o bloco no poder se torna uma poderosa categoria analítica pois forneceria ao pesquisador uma categoria explicativa de quais interesses seriam priorizados pela política econômica de Estado e quais seriam relegados para um plano secundário.

Dessa forma, o bloco no poder pode ser compreendido como a articulação que as diversas classes, frações e setores das classes dominantes estabelecem entre si — em momentos históricos específicos e em função da força e do posicionamento que possam ter no Estado (OSÓRIO, 2019). Dentro de uma leitura poulantziana, torna-se possível a periodização da política a partir das mudanças ocorridas no bloco no poder e na hegemonia, levando o nosso olhar para os projetos políticos, econômicos e sociais apreendidos em uma conjuntura histórica determinada.

A análise da relação entre as diferentes frações da burguesia, o Estado e a pressão popular revela um jogo complexo de forças em disputa. A burocracia de Estado desempenha um papel fundamental na organização da hegemonia de fração, podendo interferir na busca da manutenção da unidade e estabilidade do bloco no poder. É também responsabilidade dos políticos profissionais da burguesia e da burocracia de Estado definirem uma estratégia viável de desenvolvimento capitalista dentro da correlação de forças dada. Além disso, o Estado é um ator e arena na disputa de classes, havendo conflitos entre Estado e burguesia. Assim, em consonância com a presença das classes populares no processo político, o Estado busca um "equilíbrio instável de compromissos" (BOITO JR., 2019). Nesse sentido, compreende-se que o Estado é dotado de uma "autonomia relativa" a classe dominante, para que possa, assim organizar a instância regional do político de sua determinada formação social e continuar com seu papel.

A compreensão do Estado como uma formação historicamente determinada abre leques interessantes do ponto de vista analítico. Torna-se capaz de enxergar que, apesar de todo Estado capitalista possuir uma função comum - a reprodução do todo complexo-estruturado de uma determinada formação social -, esse o faz de acordo com sua posição dentro do Sistema Capitalista (EVERS, 1989).

A produção teórica latino-americana sobre a natureza do Estado na região é particularmente frutífera para a compreensão do fenômeno social do político na região. De forma sintética, podemos afirmar que, devido aos rasgos históricos comuns na região, o Estado periférico não apenas possui sua função de se constituir como fator de unidade como organizador do político, mas essa função é exacerbada devido as bases sociais fracas no qual esse Estado é erguido<sup>2</sup>.

O próprio bloco no poder sofre alterações, diferentemente dos Estados capitalistas de "tipo puro" há uma constelação entre os interesses locais e estrangeiros:

Além da fragmentação própria a essas classes no interior de seus países

---

<sup>2</sup> A heterogeneidade estrutural é uma característica histórica do capitalismo dependente, em que as relações mercantis não se generalizaram. As sociedades dependentes são, portanto, estruturalmente heterogêneas, com componentes das relações capitalistas em diferentes formas e intensidades. As formas não capitalistas ainda são evidentes na esfera da produção como relações de trabalho não plenamente constituídas na forma de trabalho livre associado. A falta de generalização das relações mercantis deixa uma brecha decisiva na base produtiva, comprometendo a igualdade e liberdade sobre os quais o Estado burguês se ergueira (EVERS, 1989).

de origem – que se manifesta na concorrência entre as frações dominantes do bloco no poder nestes países –, existe ainda a concorrência entre as diversas frações das classes dominantes das diversas nações imperialistas em disputa pela expansão e realização de seus interesses econômicos no espaço periférico (SOUZA, 1998).

Por fim, introduzimos os fracionamentos de classe tal como apresentados por Nicos Poulantzas. Ele trabalha com a ideia de frações a partir da posição do capital nas fases do processo de acumulação: financeiro, industrial e comercial. Esse fracionamento pode derivar do porte, da origem ou da relação com o capital externo. Nesta seção, apresentamos de maneira sintética algumas possibilidades de fracionamento de acordo com a posição com o capital internacional.

A burguesia associada (ou compradora) não possui base de acumulação própria e é subordinada aos interesses imperialistas. Trata-se de uma fração que tende a se vincular às atividades comerciais, de exportação e financeira. Além disso, não apoia coalizões ou frentes em defesa de um projeto nacional.

A burguesia nacional tem base de acumulação própria e não tem relação de dependência com o imperialismo. Já a burguesia interna é uma fração intermediária que, ao mesmo tempo que possui uma base de acumulação própria, estabelece relações contraditórias com o capital externo. Apesar de possuir laços com o capital estrangeiro, essa fração pode optar por fazer uso da proteção estatal diante da concorrência internacional em determinados momentos. Apresenta uma certa fragilidade ideológica e suas alianças apresentam um movimento pendular.

Além da fragmentação própria a essas classes no interior de seus países de origem – que se manifesta na concorrência entre as frações dominantes do bloco no poder nestes países –, existe ainda a concorrência entre as diversas frações das classes dominantes das diversas nações imperialistas em disputa pela expansão e realização de seus interesses econômicos no espaço periférico (SOUZA, 1998).

Por fim, introduzimos os fracionamentos de classe tal como apresentados por Nicos Poulantzas. Ele trabalha com a ideia de frações a partir da posição do capital nas fases do processo de acumulação: financeiro, industrial e comercial. Esse fracionamento pode derivar do porte, da origem ou da relação com o capital externo. Nesta seção, apresentamos de maneira sintética algumas possibilidades de fracionamento de acordo com a posição com o capital internacional.

A burguesia associada (ou compradora) não possui base de acumulação própria e é subordinada aos interesses imperialistas. Trata-se de uma fração que tende a se vincular às atividades comerciais, de exportação e financeira. Além disso, não apoia coalizões ou frentes em defesa de um projeto nacional.

A burguesia nacional tem base de acumulação própria e não tem relação de dependência com o imperialismo. Já a burguesia interna é uma fração intermediária que, ao mesmo tempo que possui uma base de acumulação própria, estabelece relações contraditórias com o capital externo. Apesar de possuir laços com o capital estrangeiro, essa fração pode optar por fazer uso da proteção estatal diante da concorrência internacional

em determinados momentos. Apresenta uma certa fragilidade ideológica e suas alianças apresentam um movimento pendular.

## 0.2 Metodologia

No âmbito desta pesquisa científica, nosso objetivo primordial é explorar e esclarecer os mecanismos pelos quais a fração burguesa agrária amplia sua influência na Comissão de Relações Exteriores. Nossa investigação busca analisar e explicar as estratégias empregadas por essa fração específica da classe burguesa para consolidar e expandir sua presença na tomada de decisões relacionadas às relações exteriores. Além disso, estamos focados em compreender em detalhes as táticas utilizadas por essa fração para promover e defender sua perspectiva em relação à integração regional. Ao examinar minuciosamente os processos e dinâmicas que conduzem à imposição de suas posições sobre esse tema na comissão, visamos aprofundar nossa análise das dinâmicas políticas e dos interesses envolvidos, proporcionando insights valiosos para compreender a interseção entre poder econômico e tomada de decisões políticas (SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020).

No decorrer desta pesquisa científica, será realizada uma investigação abrangente que incorporará duas técnicas de pesquisa distintas, a análise de conteúdo e a análise de redes sociais (ARS). Essas abordagens metodológicas complementares foram escolhidas para proporcionar uma compreensão abrangente e aprofundada das estratégias adotadas pela fração burguesa agrária na expansão de sua influência na Comissão de Relações Exteriores.

Nossa hipótese é que, segundo estudos empíricos, a representação política setorial apresenta diferentes facetas de acordo com o setor. Enquanto industrialistas tendem a preferir exercer sua influência por meio de propagandas midiáticas e financiamento direto ou indireto de campanha, os setores ligados ao agronegócio tendem a atuar por meio de representação direta. Nesse sentido, acreditamos que o setor agrário opta por pautar suas posições através da ocupação de cargos importantes para poder pautar o próprio debate e, segundo, ela opta por convocar especialistas de seu campo que tragam posições aliadas ao seu campo.

A coleta do material para a análise de conteúdo foi realizada no site da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), consultando todas as reuniões realizadas durante o recorte temporal selecionado e que tinham pertinência ao tema do artigo. Entre 1/1/2019 e 31/12/2022, o CRE realizou 117 audiências públicas, com 11 sendo centradas nas temáticas "Mercosul", "Integração Regional" ou "Agronegócio", compondo o *corpus* textual analisado (CRE...).

Para criar o gráfico de análise de rede social, inicialmente acessamos os sites de entidades de representação de classe do setor agropecuário, notavelmente a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)(DIVULGAÇÃO...)<sup>3</sup> e a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA)<sup>4</sup>, a fim de identificar possíveis *stakeholders* políticos. Em seguida, com as empresas devidamente identificadas, consultamos o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>5</sup> para cruzar as empresas associadas com doações eleitorais.

<sup>3</sup> <https://abag.com.br/> (ABAG, s.d)

<sup>4</sup> [https://www.cnabrasil.org.br/\(HOME...\)](https://www.cnabrasil.org.br/(HOME...))

<sup>5</sup> <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga> (DIVULGAÇÃO...)

Utilizamos o programa Microsoft Excel para elaborar tabelas de conexões que serviriam como base para a criação do grafo. Por fim, empregamos o *software* R-Studio para a elaboração dos grafos em si.

Outro ponto que precisa ser destacado é que em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o financiamento empresarial de eleições. No entanto, apesar da proibição, "as doações de empresas permaneceram através de Caixa 2 e dos empresários como pessoas físicas. Por isso, nas pesquisas de financiamento eleitoral brasileiro de 2018, as empresas ficaram de fora ou ocultas nos dados oficiais, mas permanecem como atores políticos relevantes"(DIAS; MAYER, 2021)(p.3). Nesse contexto, optamos por seguir uma abordagem metodológica similar, focando no empresariado ligado às empresas selecionadas e, posteriormente, representando os empresários como empresas no gráfico. Além disso, é importante ressaltar que, para evitar distorções, empresários provenientes da mesma empresa foram agrupados no gráfico, permitindo uma representação mais precisa das conexões políticas e financeiras.

Os grafos montados representam relações diádicas, visando compreender a interação entre dois atores através de um laço relacional que possui características direcionais, ou seja, possui um sentido específico. Essa relação é marcada pela transferência de recursos e contribui para a formação de redes de dois modos (*two-mode networks*), que consistem em dois conjuntos distintos de atores: empresas/empresariado e membros da representação política.

Iniciamos nossa coleta de material observando os membros da chamada Frente Parlamentar da Agropecuária e a medida que a análise de conteúdo revelava posições favoráveis ao agronegócio, buscamos expandir nosso universo observável em típica abordagem bola de neve *snowball* tornando-se uma pesquisa dinâmica que avançou na medida que do próprio caminhar.

É importante ressaltar que a questão dos limites da investigação é uma preocupação central em qualquer análise que utiliza Análise de Redes Sociais. Nesse contexto, para os propósitos deste artigo, adota-se uma abordagem nominalista, em que as fronteiras são determinadas pelas considerações teóricas do autor(LAUMANN; MARSDEN; PRENSKY, 1983).

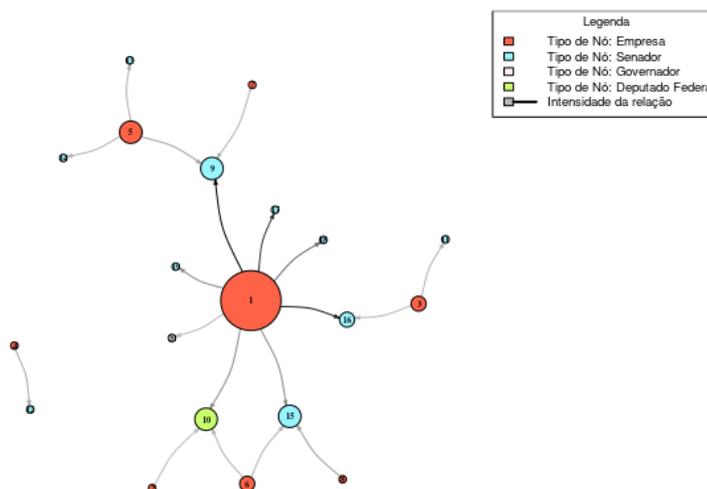
Considerando que os senadores possuem um mandato de oito anos, nossa pesquisa abrange dois ciclos eleitorais distintos: as Eleições Gerais de 2014 e as Eleições Gerais de 2018. Além disso, reconhecendo que os fluxos materiais desempenham um papel crucial como dados quantificáveis nas relações sociais (WASSERMAN; FAUST, 1994), utilizamos informações de doações de campanha. Isso inclui senadores que, durante as Eleições Gerais de 2018, lançaram campanhas para o governo de seus respectivos estados, bem como candidatos a deputados federais que, no próximo ciclo eleitoral vieram a se tornar senadores nas Eleições Gerais de 2018. Esses atores, mesmo sem se apresentarem explicitamente como candidatos ao cargo senatorial em 2014, acabaram desempenhando esse papel no ciclo eleitoral subsequente.

## 0.3 Resultados e discussão: Financiamento eleitoral, representação política e hegemonia de classe

### 0.3.1 Financiamento eleitoral

A presente seção objetiva traçar um panorama da influência da fração agrária no financiamento eleitoral. Nesse sentido, iniciamos nossa exposição com a Eleição Geral de 2014

**Figura 1 – Financiamento de campanha senatorial (Eleição Geral 2014)**



**Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do TSE**

Na Figura 1, é evidente a presença marcante do empresariado vinculado ao setor agropecuário nas eleições gerais de 2018. Os vetores indicam os fluxos direcionais de financiamento entre os nós (empresas/empresariado e representantes políticos). A cor do vetor reflete o montante recebido por determinado candidato de uma empresa, sendo que quanto mais escuro o vetor, maior o valor recebido.

Ainda que poucas empresas estejam visíveis no gráfico, é crucial salientar que há uma predominância desse grupo. Alguns pontos merecem especial atenção:

Em primeiro lugar, destaca-se a influência proeminente da empresa JBS S.A., representada pelo número 1 no gráfico, no cenário eleitoral de 2014. Ela se destaca como a principal financiadora entre as empresas do setor. Vale mencionar a campanha de Wellington Fagundes (PL-MT), indicada pelo número 17 no grafo, que merece destaque por receber doações significativas exclusivamente da JBS<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Embora Wellington Fagundes também tenha recebido apoio financeiro da Seara Alimentos, essa empresa

O candidato Antonio Anastasia (PSDB-MG) - indicado pelo número 9 - se destaca como o candidato que recebeu o maior montante das empresas analisadas, totalizando R\$ 252.975,06 da empresa Itaú Unibanco e R\$ 2.000.000 da empresa JBS. Simone Tebet (MDB-MS) - número 16 - também se destaca pelo montante recebido, totalizando R\$ 1.700.000 oriundos da empresa JBS.

A senadora Kátia Abreu (MDB-TO) aparece com conexões relativamente isoladas no gráfico, tendo ligação apenas com a empresa Cooperativa Reg De Cafeicultores Em Guaxupe Ltda (Cooxupe). No entanto, é crucial destacar que o financiamento de sua campanha recebeu apoio de outras empresas vinculadas ao agronegócio, mineração e construção civil <sup>7</sup> Kátia Abreu é notoriamente próxima do agronegócio, presidindo a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins de 1995-2005, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de 2008-2011, sendo e Ministra da Agricultura no Brasil.

O senador Otto Alencar (PSD-BA), embora declare ser membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, não recebeu financiamento das empresas observadas neste estudo. Sua principal fonte de financiamento provém de empresas ligadas à construção civil.

O senador Lucas Barreto (PSD-AP), eleito senador em 2018 e representado pelo nó de número 20, embora não tenha afiliação formal com a Frente Parlamentar setorial, recebeu doações da JBS S.A e se pronunciou em defesa do setor agropecuário em relação a acusações de crimes ambientais.

Outro ponto de interesse é a relação com Luis Carlos Heinze (PP-RS), indicado pelo número 10 em verde, que recebeu financiamento da Agrocerec Ltda e da Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. Ainda que, no momento da análise, Heinze estivesse buscando uma vaga como deputado federal, ele se tornaria senador nas eleições de 2018. Considerando a mudança nas regras eleitorais, essa relação assume relevância como um exemplo tangível de interação social.

Em síntese, a Figura 1 enfatiza a influência notável das empresas do setor agropecuário nas eleições de 2018. A JBS S.A. como principal doadora e os vínculos estabelecidos com candidatos como Wellington Fagundes e Luis Carlos Heinze ilustram a influência desse empresariado nas dinâmicas políticas.

Agora passamos para as eleições gerais de 2018. As Figuras 2 e 3 ilustram as doações realizadas durante o processo eleitoral. Devido à proibição do financiamento eleitoral por empresas, o processo de coleta ocorreu inicialmente junto a empresários e, posteriormente, os dados foram agregados para formar os gráficos relacionados às empresas.

Primeiramente, é importante apontar que, embora tenham sido investigados 17 candidatos ao senado, 2 candidatos a governador de estado e 1 candidato à Presidência da República, o número de resultados encontrados é consideravelmente menor.

Chama atenção o fato de que os maiores financiadores de 2014, JBS S.A. e Itaú

---

está fora do escopo do estudo e, portanto, não foi incluída no gráfico

<sup>7</sup> Os casos de Kátia Abreu e Wellington Fagundes destacam algumas limitações da abordagem adotada. Nesse contexto, sugere-se ao Grupo de Trabalho a consideração da viabilidade de incorporar uma abordagem "bola de neve" (*snowball*) em projetos futuros, permitindo a expansão do escopo da pesquisa à medida que a investigação progride (WASSERMAN; FAUST, 1994).

## Figuras 2 e 3

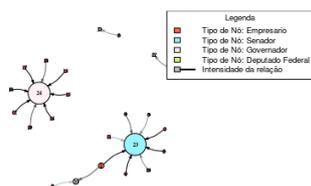


Figura 2 – Gráfico de rede das doações de empresários

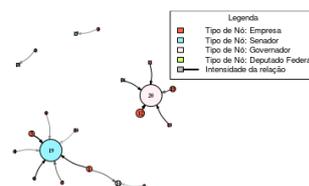


Figura 3 – Gráfico de rede das doações de empresas

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponíveis no TSE

Unibanco, não aparecem no mapa. Dos doadores anteriores, apenas SLC Agrícola e Reizen emergem. Nota-se a presença de uma constelação de novos financiadores, empresas menores, como os grupos Três Tentos e Raça Agro<sup>8</sup>.

Entre os dados coletados, Luis Carlos Heinze, indicado pelo número 23 na Figura 2 e 19 na Figura 3, destaca-se como a figura que mais recebeu financiamento do setor, obtendo apoio de um total de empresas.

Já Antonio Anastasia, indicado pelo número 24 na Figura 2 e número 20 na Figura 3, embora tenha recebido amplo financiamento do setor agrário, concentrou maior apoio de empresas relacionadas à construção civil. Isso é natural, considerando que ele estava concorrendo ao governo de Minas Gerais, um dos estados de maior peso político na federação.

Chama a atenção o fato de que, embora estivesse concorrendo à Presidência da República, Álvaro Dias apresentou total ausência de financiamento por parte do empresariado do agronegócio.

### 0.3.2 Fração agrária e a integração regional na Comissão de Relações Exteriores

Na tabela 1, são destacados alguns pontos relevantes das audiências públicas. Nesta seção, apresento um panorama geral dos posicionamentos assumidos, incluindo falas selecionadas que oferecem uma visão abrangente das discussões. É importante ressaltar que a seleção dessas falas não seguiu uma abordagem sistemática rigorosa, mas busca proporcionar uma compreensão geral das temáticas abordadas.

Tabela 1 – Tabela de Locutores e seus Contextos de Fala

Locutor	Ocupação	Unidades de registro	Unidade de contexto
---------	----------	----------------------	---------------------

<sup>8</sup> O pesquisador sugere que talvez isso possa ser devido a alguma distorção na coleta e tratamento dos dados de 2014, ou talvez esteja relacionado ao surgimento de novas empresas nesses quatro anos. De qualquer forma, é necessário um exame mais preciso em futuras investigações.

Celso Lafer	Membro do CE-BRI (Convidado)	Valores do Bloco; Democracia	”O Mercosul, pela natureza do seu projeto e da sua concepção, é um instrumento jurídico que cuida de relações de longo prazo e execução continuada; não é um contrato comercial que trata apenas de compras e vendas entre as suas partes contratantes; tem igualmente dimensões políticas, jurídicas e econômicas no sentido amplo; e, por isso, requer a manutenção no tempo da reciprocidade dos interesses que conferem ao Mercosul a sua sustentabilidade”
Carlos França	Embaixador de Carreira, Ministro das Relações Exteriores	Redução da Tarifa Externa Comum	”o Brasil trabalhou para introduzir na agenda prioritária do bloco a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), que estabelece o nível de proteção contra a entrada de produtos estrangeiros no mercado ampliado do Mercosul (...) a reforma seria reduzir a TEC, cuja média se situa em 13,5%, um nível bastante alto para os padrões mundiais e que impõe elevados custos e restringe o leque de opções de insumos para a nossa indústria e de bens de consumo para as nossas populações.
Paulo Guedes	Ministro da Economia (Convidado)	Crise do bloco; TEC; Modernização x Livre-Comércio	”O Mercosul não está correspondendo às expectativas que foram lançadas. (...) No caso do Mercosul, eu estou vindo para esclarecer exatamente o seguinte: num momento como este, seria muito bom e muito importante nós sinalizarmos um grau de abertura muito maior, baixando a tarifa externa comum. Ela sinaliza corretamente que o Brasil está andando também nessa direção, ela é muito moderada - essa redução de 10% é muito moderada.”

Fabrizio Sardelli Panzini	Comissão Nacional das Industrias	Mercosul e empregos; Mercosul e tributos; Mercosul e Valor	(...)Passando adiante, continuando falando do copo meio cheio, a diversidade de agregação de valor no Mercosul é inquestionável.
Esperidião Amin	Senador	Logística	”Esta é a minha indagação: o que nós podemos esperar? Para incrementar o nosso potencial e transformá-lo em concretude no comércio internacional, nós vamos precisar melhorar nossa logística. É esta a minha indagação pontual: que inovações nós podemos estabelecer para sermos um parceiro mais ativo nesse grande esforço de atrair investimentos tanto nacionais quanto internacionais de iniciativa privada na nossa logística?”
Kátia Abreu	Senadora (presidente da seção)	Acordo Mercosul x União Européia	Então, nós temos que pensar é no contribuinte, é no consumidor, é na sociedade em primeiro lugar. Claro que a indústria, o agro, todas as empresas do Brasil merecem a nossa consideração, mas não merecem a nossa bajulação. Nós temos que ser pragmáticos, arregaçar as mangas e ver o que vai acontecer com o segmento tal, com um segmento específico, e tentar apoiar por um período.
Kátia Abreu	Senadora (presidente da seção)	Mercosul x União Europeia	(...)nós não temos nenhum problema em ampliar o acordo que nós temos com o Mercosul, só que o protecionismo excessivo na área agrícola é muito grande, e o que nós temos para vender é isso aí: tecnologia de etanol e açúcar e produtos agropecuários. Então, nós precisamos ter uma mão de dupla ação, assim como eles também se especializaram muito em tecnologia de que nós precisamos, mas nós temos que vender alimentos.

Hussein Kalout	Cebri (convidado)	Brasil e Integração regional	(...)o Brasil tenha que reorganizar a sua estratégia geopolítica no contexto regional e no contexto global, não só porque estamos entre as dez maiores economias do mundo, mas porque também temos ambições estratégicas e porque nós temos a obrigação de defender os interesses do povo brasileiro e, sobretudo, do Estado brasileiro .(...)Quais são os desafios que se impõem a nós? Eu acho que nenhum país do mundo consegue ser relevante em outro tabuleiro se não for relevante no seu tabuleiro regional”
Lucas Barreto	Senador	Meio ambiente	E o Amapá, por ser o Estado mais preservado do mundo, é o mais prejudicado. Nós do Amapá somos escravos ambientais. Nós somos o Estado mais rico do Planeta, com a maior província mineral do mundo, mas o nosso povo lá está na pobreza, em cima da riqueza, contemplando a natureza.

Devido a proximidade com o setor do agronegócio e o fato da Senadora Kátia Abreu possuir ampla experiência política, presidindo muitas das audiências aqui analisadas, ela ocupará lugar central na análise de conteúdo aqui realizada. De forma geral, podemos argumentar que a Kátia Abreu age como a principal voz dos interesses da fração agrária. Isso torna-se evidente ao criticar o protecionismo do setor agropecuário de diversos países, como China, Índia e os países da União Europeia, e, em seguida, pontuar sobre os diversos acordos que estão em negociação com essas nações <sup>9</sup>

Os outros senadores que se apresentam, tais como Nelson Trad filho, Lucas Barreto, Chico Rodrigues e Espiridão Amin, tendem a ecoar as concepções apontadas pela senadora e apresentam-se de maneira mais enfática quando convidados a CRE apresentam críticas ao setor, principalmente ambientais.

A seguir, abordaremos as observações feitas por membros do Governo Jair Bolsonaro. Antes de prosseguirmos, é crucial retomar a perspectiva poulantziana sobre a relação entre as frações hegemônicas, a instrumentalização da política e sua conexão com o contexto brasileiro. Segundo Poulantzas (2019), a hegemonia é um processo em que os interesses de uma fração específica se apresentam como universais e ganham destaque

<sup>9</sup> Kátia Abreu levanta repetidas vezes esse argumento, por exemplo, na 8ª, 9ª, 10ª reuniões do CRE em 2021, assim como na 13ª de 2022

dentro do bloco no poder. Portanto, considerando as devidas ressalvas<sup>10</sup>, podemos interpretar as ações concretas do Estado e de seus representantes como expressões das classes. No contexto específico deste estudo, argumenta-se que Paulo Guedes e Carlos França representam os interesses das classes privilegiadas dentro do bloco no poder durante o governo de Jair Bolsonaro, incluindo a fração do grande capital agrário.

Os apontamentos realizados pelo então Ministro da Economia, Paulo Guedes, são de particular relevância para esse artigo. Guedes faz uma defesa enfática do livre comércio e sobre suas benesses para todas as sociedades do mundo e faz uma associação direta entre a crise do bloco, sua necessidade de modernização e uma ampliação do comércio. Ademais, Guedes ressalta a importância de uma visão compartilhada entre Argentina e Brasil sobre os rumos do bloco ao afirmar

”Argentina, rapidamente, porque tinha a mesma visão, sob o Governo Macri, ela rapidamente convergiu e fechou um acordo conosco, que estava parado há oito anos. Há oito anos que o Brasil não concluía o acordo do Mercosul, e nós fechamos com o Governo Macri (BRASIL, 2021)”

Por fim, traremos alguns apontamentos sobre possíveis disputas intraburguesas sobre o possível conteúdo de uma integração regional. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) trouxe repetidas vezes membros para a apresentar os pontos de vista pertinentes ao setor industrial. Dentre os expositores chamamos a atenção para a intervenção de Fabrizio Sardelli Panzini, por revelar de forma cristalina os planos do setor, e Sandra Rios por trazer a tona questões ambientais que servem de empecilho para o andamento de diversos acordos internacionais, como o da União Europeia e a compra de carnes pela China.

Iniciando por Panzini que apresenta dados que evidenciam a importância do Mercosul para a fração industrial e expressa sua preocupação com a diminuição do protagonismo que esse setor tem experimentado:

Não é ruim que o agronegócio ganhe espaço; é muito importante - garante saldo, garante escala, garante emprego, garante cadeia. Mas é preocupante o lado industrial perder esse protagonismo. De 150 bilhões, a que a gente chegou, para 114 agora, com trinta e poucos bilhões, nós estamos falando de quase 2 milhões de empregos na indústria relacionados à exportação, e que a gente não tem mais (BRASIL, 2021).

Panzini e a CNI adotam uma posição contrária à redução da Tarifa Externa Comum, apesar de expressarem apoio ao acordo com a União Europeia. A senadora Kátia Abreu, presidente da sessão, direciona um questionamento ao representante do setor industrial acerca da posição da CNI em relação à diminuição da TEC.

Meu gabinete fez uma simulação com um grande economista, Claudio Adilson, da MCM... Hoje, a nossa corrente de comércio do Mercosul é de R\$77 bilhões. Se o acordo entre União Europeia e Mercosul for feito, daqui a dez, nossa corrente será de R\$159 bilhões. Simplesmente dobra. Mais do que dobra. Isso, para mim, basta (...) Então, nós temos que pensar é no contribuinte, é no consumidor, é na sociedade em primeiro lugar. Claro que a indústria, o agro, todas as empresas do Brasil merecem

<sup>10</sup> Isto implica manter em mente as dinâmicas de autonomia relativa do Estado e ser cauteloso para não confundir concessões resultantes da manutenção de uma aliança instável de compromissos.

a nossa consideração, mas não merecem a nossa bajulação. Nós temos que ser pragmáticos, arregaçar as mangas e ver o que vai acontecer com o segmento tal, com um segmento específico, e tentar apoiar por um período.

Devido a proximidade com o setor do agronegócio e o fato da Senadora Kátia Abreu possuir ampla experiência política, presidindo muitas das audiências aqui analisadas, ela ocupará lugar central na análise de conteúdo aqui realizada. De forma geral, podemos argumentar que a Kátia Abreu age como a principal voz dos interesses da fração agrária. Isso torna-se evidente ao criticar o protecionismo do setor agropecuário de diversos países, como China, Índia e os países da União Europeia, e, em seguida, pontuar sobre os diversos acordos que estão em negociação com essas nações <sup>11</sup>

Os outros senadores que se apresentam, tais como Nelson Trad filho, Lucas Barreto, Chico Rodrigues e Espiridão Amin, tendem a ecoar as concepções apontadas pela senadora e apresentam-se de maneira mais enfática quando convidados a CRE apresentam críticas ao setor, principalmente ambientais.

A seguir, abordaremos as observações feitas por membros do Governo Jair Bolsonaro. Antes de prosseguirmos, é crucial retomar a perspectiva poulantziana sobre a relação entre as frações hegemônicas, a instrumentalização da política e sua conexão com o contexto brasileiro. Segundo Poulantzas (2019), a hegemonia é um processo em que os interesses de uma fração específica se apresentam como universais e ganham destaque dentro do bloco no poder. Portanto, considerando as devidas ressalvas<sup>12</sup>, podemos interpretar as ações concretas do Estado e de seus representantes como expressões das classes. No contexto específico deste estudo, argumenta-se que Paulo Guedes e Carlos França representam os interesses das classes privilegiadas dentro do bloco no poder durante o governo de Jair Bolsonaro, incluindo a fração do grande capital agrário.

Os apontamentos realizados pelo então Ministro da Economia, Paulo Guedes, são de particular relevância para esse artigo. Guedes faz uma defesa enfática do livre comércio e sobre suas benesses para todas as sociedades do mundo e faz uma associação direta entre a crise do bloco, sua necessidade de modernização e uma ampliação do comércio. Ademais, Guedes ressalta a importância de uma visão compartilhada entre Argentina e Brasil sobre os rumos do bloco ao afirmar

”Argentina, rapidamente, porque tinha a mesma visão, sob o Governo Macri, ela rapidamente convergiu e fechou um acordo conosco, que estava parado há oito anos. Há oito anos que o Brasil não concluía o acordo do Mercosul, e nós fechamos com o Governo Macri (BRASIL, 2021)”

Por fim, traremos alguns apontamentos sobre possíveis disputas intraburguesas sobre o possível conteúdo de uma integração regional. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) trouxe repetidas vezes membros para a apresentar os pontos de vista pertinentes ao setor industrial. Dentre os expositores chamamos a atenção para a intervenção de Fabrizio Sardelli Panzini, por revelar de forma cristalina os planos do setor, e Sandra Rios por

<sup>11</sup> Kátia Abreu levanta repetidas vezes esse argumento, por exemplo, na 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup> reuniões do CRE em 2021, assim como na 13<sup>a</sup> de 2022

<sup>12</sup> Isto implica manter em mente as dinâmicas de autonomia relativa do Estado e ser cauteloso para não confundir concessões resultantes da manutenção de uma aliança instável de compromissos.

trazer a tona questões ambientais que servem de empecilho para o andamento de diversos acordos internacionais, como o da União Europeia e a compra de carnes pela China.

Iniciando por Panzini que apresenta dados que evidenciam a importância do Mercosul para a fração industrial e expressa sua preocupação com a diminuição do protagonismo que esse setor tem experimentado:

Não é ruim que o agronegócio ganhe espaço; é muito importante - garante saldo, garante escala, garante emprego, garante cadeia. Mas é preocupante o lado industrial perder esse protagonismo. De 150 bilhões, a que a gente chegou, para 114 agora, com trinta e poucos bilhões, nós estamos falando de quase 2 milhões de empregos na indústria relacionados à exportação, e que a gente não tem mais (BRASIL, 2021).

Panzini e a CNI adotam uma posição contrária à redução da Tarifa Externa Comum, apesar de expressarem apoio ao acordo com a União Europeia. A senadora Kátia Abreu, presidente da sessão, direciona um questionamento ao representante do setor industrial acerca da posição da CNI em relação à diminuição da TEC.

Meu gabinete fez uma simulação com um grande economista, Claudio Adilson, da MCM... Hoje, a nossa corrente de comércio do Mercosul é de R\$77 bilhões. Se o acordo entre União Europeia e Mercosul for feito, daqui a dez, nossa corrente será de R\$159 bilhões. Simplesmente dobra. Mais do que dobra. Isso, para mim, basta (...) Então, nós temos que pensar é no contribuinte, é no consumidor, é na sociedade em primeiro lugar. Claro que a indústria, o agro, todas as empresas do Brasil merecem a nossa consideração, mas não merecem a nossa bajulação. Nós temos que ser pragmáticos, arregaçar as mangas e ver o que vai acontecer com o segmento tal, com um segmento específico, e tentar apoiar por um período.

Apresenta-se, de maneira sintética, as posições expostas pelos participantes das audiências sobre a integração regional

**Tabela 2 – Panorama das Posições sobre Integração Regional**

<b>Locutor</b>	<b>Menção positiva Integração regional</b>	<b>Conteúdo da Menção</b>	<b>Tipo de regionalismo</b>
Kátia Abreu	Sim	Menciona o Mercosul de forma positiva como ferramenta de interesse de classe	Predominantemente aberto, o contexto apresenta concepções de apoio de caráter multidimensional, porém, os interesses setoriais se sobressaem.
Carlos França	Sim	Ressalta as dimensões políticas e sociais do Mercosul, mas ultimamente defende uma visão de regionalismo aberto. Defende o uso do Mercosul como maneira dos produtos agropecuários adentrarem a União Europeia	Aberto
Paulo Guedes	Não	”Regionalismo aberto; Enxerga o bloco como uma ferramenta para acordos com União Europeia; Defende que o Brasil não pode ser prisioneiro do Mercosul; Defende uma diminuição radical da TEC;”	Aberto
Fabrizio Sardelli Panzini	Sim	Não fica explícito qual modelo de regionalismo que defende, mas existe uma ênfase clara que o Mercosul é fundamental para a consolidação da indústria e o desenvolvimento nacional.	Pendular, ora aparenta defender aberto, ora aparenta defender Multidimensional

**Fonte elaboração do autor com base nos dados da CRE**

## Considerações finais

Neste artigo, investigamos as ações e influência da fração agrária na política externa, revelando que a atuação desses agentes segue o padrão tradicionalmente delineado na literatura para frentes específicas. Contudo, a hipótese de que essa atuação seja impulsionada pelo *agenda setting* não pôde ser confirmada pela metodologia adotada. Acreditamos que, em estudos futuros, a inclusão de métricas como o número de vezes que um membro desse setor presidiu sessões ou quantos convidados ele trouxe poderia proporcionar maior profundidade à análise. Além disso, direcionar o foco para a investigação de estudos prospectivos nesse campo e das pautas defendidas no espaço representativo poderia enriquecer ainda mais nossa compreensão.

## Referências

- ABAG. s.d. <https://abag.com.br/associadas/>. Citado na página 7.
- BOITO JR., A. Indicações para o estudo do marxismo de althusser. In: PINHEIRO, J. (Ed.). *Ler Althusser*. 1ª. ed. São Paulo, SP: Editora Cultura Acadêmica, 2016. p. 151 – 182. Citado na página 4.
- BOITO JR., A. Prefácio à edição brasileira. In: POULANTZAS, N. (Ed.). *Poder político e Classes Sociais*. 1ª. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019. p. 7 – 14. Citado na página 5.
- BRASIL. 19/08/2021 - 7ª - *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*. 2021. Audiência Pública realizada em 01 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10148>. Citado 3 vezes nas páginas 15, 16 e 17.
- CODATO, A.; PERISSINOTO, C. (Ed.). *Marxismo como ciência social*. 1ª. ed. Curitiba, PR: Editora Vozes, 2020. 239 p. Citado 2 vezes nas páginas 3 e 4.
- CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Atividade Legislativa - Senado Federal. <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=54>. Citado na página 7.
- DIAS, R. P.; MAYER, R. A incubação da extrema-direita: a rede de financiamento do PSL nas eleições de 2018. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, v. 29, p. e005, out. 2021. ISSN 0104-4478, 1678-9873. Citado na página 8.
- DIVULGAÇÃO de Candidaturas e Contas Eleitorais. <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Citado na página 7.
- EVERS, T. *El Estado En La Periferia*. 5ª. ed. São Paulo, SP: Siglo XXI Ediciones, 1989. 232 p. Citado na página 5.
- GRANATO, L. *O Estado Latino-Americano*. 1ª. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2021. 136 p. Citado na página 2.
- HOME — Confederação Da Agricultura e Pecuária Do Brasil (CNA). <https://www.cnabrazil.org.br/>. Citado na página 7.
- LAUMANN, E.; MARSDEN, P.; PRENSKY, D. The boundary specification problem in network analysis. *Applied Network Analysis: A Methodological Introduction*, v. 61, 01 1983. Citado na página 8.
- OSÓRIO, J. *O Estado no centro da mundialização*. 2ª. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2019. 357 p. Citado 3 vezes nas páginas 3, 4 e 5.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. 1ª. ed. Campinas -SP: Editora Unicamp, 2019. 367 p. Citado 5 vezes nas páginas 2, 3, 4, 14 e 16.

SÁTYRO, N. G. D.; D'ALBUQUERQUE, R. W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. *Sociedade e Cultura*, v. 23, maio 2020. ISSN 1980-8194. Citado na página 7.

SOUZA, A. M. Estado dependência na América Latina. *LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA*, Editora UNICAMP, Campinas, SP, v. 4, n. 2 (6), p. 204–356, 12 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572019000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000200011&lng=en&nrm=iso). Citado na página 6.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1994. (Structural Analysis in the Social Sciences, 8). ISBN 978-0-521-38269-4 978-0-521-38707-1. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 10.